

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO NOVO MERCADO E EM BOA COMPANHIA DA BM&FBOVESPA

FABIA JAIANY VIANA DE SOUZA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
fabiajaiany@yahoo.com.br

CÉLIO DA COSTA BARROS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
celiocb@tcu.gov.br

RENATA PAES DE BARROS CAMARA

Universidade Federal da Paraíba
rpbcamara@gmail.com

ANEIDE OLIVEIRA ARAUJO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
aneide2010@gmail.com

MAURÍCIO CORRÊA DA SILVA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
prof.mauriciocsilva@gmail.com

EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO NOVO MERCADO E EM BOA COMPANHIA DA BM&FBOVESPA

1 INTRODUÇÃO

Em nome do progresso, do desenvolvimento tecnológico e da busca incessante pelo poder e lucro a natureza tem sido devastada, em consequência, tem se evidenciado nos últimos anos terremotos, maremotos, tufões, tsunamis, ciclones, furacões, inundações, erupções vulcânicas e outras manifestações (RIBEIRO; GASPARINO, 2006). A natureza que parecia adormecida reage aos abusos cometidos ao longo da história e no seu ímpeto traga vidas humanas, destrói cidades e causam prejuízos históricos, econômicos e patrimoniais (FERREIRA; CHAGAS; BESSA, 2005).

Ao mesmo tempo, nunca em toda a existência humana, se discutiu e se uniu tantos países em torno do tema como vem acontecendo nas últimas décadas (Conferência de Estocolmo-1972, Habitat 1-1976, ECO-1992, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague-1995, Habitat II-1996, Protocolo de Kyoto-1997, Cúpula do Milênio-2000, Rio+10 em Joanesburgo-2002, COP-15 em Copenhague-2009, Protocolo de Nagoya no Japão-2010 e Rio+20 no Rio de Janeiro-2012) e, diante desses acontecimentos, conceitos envolvendo sustentabilidade, meio ambiente, ecologia e economia verde inserem-se em discussões que busquem ações que tentem aliar o crescimento econômico com preservação ambiental.

Sintonizados com os acontecimentos mundiais, pesquisadores e estudiosos da área ambiental tem centrado esforços na busca de uma normatização contábil brasileira com o objetivo de padronizar a apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis das informações de responsabilidade social e ambiental, e, assim, revelar o grau de participação das entidades no processo de desenvolvimento socioeconômico da sociedade, para que ocorra em conjunto com a conservação e proteção dos ecossistemas do planeta e assim possa contribuir cada vez mais para o desenvolvimento sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais (CUNHA ET AL., 2011).

Para buscar essa padronização é necessário analisar o que tem sido divulgado pelas empresas para, posteriormente, estabelecer padrões de divulgação, em virtude disso, diversos estudiosos têm desenvolvido pesquisas acerca da divulgação de informações ambiental, como os trabalhos de Ribeiro (1992), Kraemer (2001), Ferreira, Chagas e Bessa (2005), Ribeiro e Gasparino (2006), Tinoco e Robles (2006), Rover, Alves e Borba (2006), Calixto, Barbosa e Lima (2007), Leite, Ribeiro e Pacheco (2007), Lindstaedt e Ott (2007), Rover, Murcia e Borba (2008), Ribeiro e Bellen (2008), Braga, Oliveira e Salotti (2009), Rover, Tomazzia, Murcia e Borba (2009), Rodrigues, Santos e Mello (2009), Cunha et al. (2011), Soares et al. (2011), Soares et al. (2012) e Kronbauer e Silva (2012).

Esses estudos tiveram como amostra de pesquisa empresas de diversos segmentos empresariais, inclusive aquelas companhias abertas pertencentes aos níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA como, por exemplo, o Novo Mercado, entretanto, ressalta-se a inexistência de pesquisas referente à divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao site “Em Boa Companhia”, vinculado ao site da BM&FBOVESPA. Esse sítio tem a finalidade de divulgar informações de práticas corporativas das empresas listadas, que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, o que desperta o interesse de verificar se essas empresas divulgam informações ambientais, situação que torna a pesquisa importante para essa área de conhecimento, uma vez que poderá ser observado se as empresas da Boa Companhia apresentam melhores padrões de divulgação que as empresas pesquisadas em estudos anteriores.

Neste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa para este estudo: **Quais são as informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas**

pertencentes ao Novo Mercado e em Boa Companhia da BM&FBOVESPA? Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar as informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao Novo Mercado e em Boa Companhia da BM&FBOVESPA.

A relevância da pesquisa é conhecer a participação e o comprometimento das empresas pertencentes ao Novo Mercado e em Boa Companhia da BM&FBOVESPA em realizar as suas atividades econômicas com responsabilidade social e ambiental, na perspectiva de analisar se a divulgação ambiental das empresas presentes no Novo Mercado e em Boa Companhia difere daquelas não pertencentes a esse grupo, a qual já foi investigada em outros estudos. A pesquisa também espera contribuir para divulgar as empresas aqui relacionadas e serve de estímulo para que outras entidades passem a divulgar as atividades ambientais que realizam, além de favorecer o avanço dos estudos nesta área do conhecimento auxiliando na sua evolução.

A pesquisa é constituída por cinco tópicos: este primeiro denominado introdução fornece uma visão geral a respeito da pesquisa. O segundo compreende o embasamento do estudo, constituído da apresentação dos conceitos da literatura existentes acerca das divulgações ambientais das empresas. O terceiro trata da metodologia que norteará a pesquisa. O quarto apresentará os resultados da pesquisa. O quinto considerações finais e recomendação para novos trabalhos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para Marcovitch (2012) o futuro é a única fase do tempo em que os sonhos de ontem e de hoje podem se transformar em realidade. Sendo impossível mudar o passado, e considerando que as transformações do presente foram imaginadas antes, cabe aos indivíduos responsáveis zelar, nos dias de hoje, pelo ambiente em que viverão seus descendentes. Segundo esse autor o ambientalismo vem crescentemente ganhando espaço nos meios de comunicação. E a contabilidade brasileira como vem abordando este assunto?

Pesquisas relevantes envolvendo à temática ambiental no Brasil tiveram sua gênese no estudo realizado por Ribeiro (1992), que examina as divulgações de informações ambientais pela contabilidade no Brasil e no mundo. A pesquisa revela que as questões ambientais passam a ser consideradas pelos meios econômicos quando os níveis de poluição da água, do solo e do ar já atingiram patamares elevados. O relatório “Vivendo além dos Nossos Meios”, realizado pela Junta Coordenadora da Avaliação Ecossistêmica do Milênio ONU (2005, p.53), confirma este entendimento quando expressa:

“[...]os seres humanos causaram alterações sem precedentes nos ecossistemas nas últimas décadas, para atender a crescentes demandas por alimentos, água, fibras e energia. [...] estas alterações ajudaram a melhorar a vida de bilhões de pessoas, mas, ao mesmo tempo, enfraqueceram a capacidade da natureza de prover outros serviços fundamentais, como a purificação do ar e da água, proteção contra catástrofes naturais”.

A citada pesquisa de Ribeiro (1992) alerta para a necessidade da contabilidade desenvolver instrumentos de informação capazes de refletir o enfoque ambiental na evolução patrimonial das empresas, o que incentivaria as entidades econômicas a buscar alternativas para conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade dos recursos naturais.

Martins e De Luca (1994) expressam que as informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente,

até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

Na visão de Barbieri (2007) o crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente. Quando a empresa busca capturar oportunidades por meio do crescente contingente de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, essas ações tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, no qual a atuação mercadológica, marketing verde, como querem alguns, torna-se um instrumento de educação ambiental.

Conforme Barbieri (2007), a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta.

Para Zylbersztajn (2000), com a adoção de práticas de responsabilidade social, a empresa, mesmo que não obtenha ganhos econômicos, irão se beneficiar com a elevação da sua reputação e, a rigor, sem desalinhamento de interesses entre acionistas e demais partes interessadas. Robles Jr. e Bonelli (2010) expressam que as empresas modernas operam em mercados globais e cada vez há maior interesse sobre os aspectos sociais e ambientais. Para Macedo e Cípola (2007), a sociedade está cada vez mais atenta para a conduta das empresas.

Machado Filho (2006) afirma que a reputação das empresas no que diz respeito ao seu comportamento ético, incluindo sua integridade percebida no trato com clientes, fornecedores e outras partes, é parte do valor da sua marca ou nome. Isso se reflete em sua avaliação, assim como o capital humano individual é baseado, em parte, em sua reputação quanto ao comportamento ético. Robles Jr. e Bonelli (2010) expressam que a credibilidade ambiental é um importante fator de competitividade tanto nacional como internacional.

Para Oliveira *et al.* (2006), a adoção de práticas de responsabilidade social transforma-se em elemento motivador do apoio da sociedade à imagem positiva da empresa, em decorrência do reconhecimento do público, o que resulta em grandes benefícios, como o da legitimidade, da confiança e da credibilidade, para a organização.

Segundo Lodi (2000) a empresa que adota melhores práticas está mais bem habilitada a garantir a fidelização de seus clientes e a atrair investimentos diretos, financiamentos externos e negócios internacionais. Cormier *et al.* (2004) expressam que a evidenciação ambiental é definida como informação comunicada às partes interessadas por meio dos relatórios anuais e ambientais para que as organizações obtenham legitimidade. Conforme Ferreira (2003) para demonstrar seu compromisso com a sociedade e sua responsabilidade social, as empresas utilizam diversos recursos, que vão desde campanhas de marketing até a divulgação de relatórios de ações sociais e ambientais.

Nossa (2002) afirma que a evidenciação (*disclosure*) ambiental pode ser feita de maneira obrigatória, quando exigido por leis e regulamentos, ou voluntariamente, quando a evidenciação de informações é feita por espontaneidade da empresa, mesmo que seja com base em diretrizes e orientações. Uma classificação tendo o embasamento de outras pesquisas anteriores foi proposta por Murcia *et al.* (2008) para informações ambientais, de acordo com ela, essas informações são segmentadas como: declarativa (informação qualitativa expressa em termos descritivos), quantitativa não-monetária (informação quantitativa expressa em números de natureza não-financeira) e quantitativa monetária (informação quantitativa expressa em números de natureza financeira).

As formas de evidenciação das demonstrações contábeis com vieses ambientais foram apresentadas por Ribeiro (1992): relatório de administração deve ser responsável por informações de diretrizes ambientais da organização; os ativos e passivos ambientais devem ser evidenciados em notas explicativas; custos e despesas ambientais devem ser evidenciados

nas notas explicativas, assim como as perdas ambientais. A utilização do relatório de administração e de notas explicativas para evidenciação de informações ambientais tem sido feita com muita intensidade na evidenciação contábil.

A partir dessas formas de evidenciação percebe-se que a contabilidade pode contribuir de forma significativa para o avanço dessa área de conhecimento, uma vez que a mesma possui um leque de diferentes tipos de informações que as empresas podem divulgar para seus usuários, o que permite inferir que ela revela o grau de participação das entidades no processo de desenvolvimento socioeconômico da sociedade, entretanto, o que falta é uma normatização que torne obrigatória a divulgação desse tipo de informação, situação que permite que cada entidade divulgue o que acha mais conveniente para sua imagem perante a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As tipologias de pesquisas, segundo Raupp e Beuren (2012), deverão focar três categorias: quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. Quanto aos objetivos, este estudo é caracterizado como sendo uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Nesse estudo são realizadas descrições das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao Novo Mercado e em Boa Companhia da BM&FBOVESPA. Com relação aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), esse tipo de pesquisa é caracterizada pela busca de informações em documentos que ainda não receberam nenhum tratamento científico. Quanto à discussão sobre o problema esse estudo caracteriza-se como sendo qualitativo.

A amostra utilizada para esse estudo é composta pelas empresas que formam a interseção constante nos grupos do “Novo Mercado” e “Em Boa Companhia” do site da BM&FBOVESPA. Em seguida, foram coletadas todas as empresas que possuíam suas Demonstrações Financeiras Padronizadas publicadas no site da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício de 2011. Chegou-se ao número de 16 empresas que constituíram a amostra desse estudo, as quais podem ser visualizadas no quadro 1. O Novo Mercado da BM&FBOVESPA corresponde a um dos níveis de governança corporativa no qual são classificadas as companhias abertas que negociam suas ações nesta bolsa de valores. Enquanto que o site “Em Boa Companhia”, vinculado ao site da BM&FBOVESPA, tem a finalidade de divulgar informações de práticas corporativas das empresas listadas, que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país.

Empresas Analisadas	
ALL -América Latina Logística S.A.	Energias do Brasil S.A.
Banco do Brasil S.A.	MAHLE Metal Leve S.A.
COSAN S.A.	Natura S.A.
CPFL Energia S.A.	Odontoprev S.A.
CSU Cardsystem S.A.	Porto Seguro S.A.
Cyrela Brazil Realty S.A.	SABESP
Diagnóstico América S.A.	TIM Participações S.A.
Duratex S.A.	WEG S.A.

Quadro 1: Empresas analisadas no estudo

Com o objetivo de identificar as informações contábeis apresentadas pelas empresas pesquisadas, adotou-se a técnica de análise de conteúdo. Para codificar as informações com características ambientais utilizou-se a estrutura conceitual proposta por Rover, Murcia e

Borba (2008). Essa estrutura conceitual parte de oito categorias (Políticas Ambientais, Sistemas de Gerenciamento Ambiental, Impactos dos Produtos e Processos, Energia, Informações Financeiras Ambientais, Educação, Pesquisa e Treinamento, Mercado de Créditos de Carbono e Outras Informações Ambientais) as quais são separadas em subcategorias para facilitar a codificação das informações ambientais das empresas. A análise de conteúdo abrangeu o relatório da administração, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e notas explicativas, bem como o parecer dos auditores independentes.

4 ANÁLISE DE DADOS

O quadro 2 é responsável por apresentar as informações ambientais que foram analisadas, separadas por categorias e subcategorias de análise, assim como, a quantidade de empresas que apresentaram cada item analisado.

Categorias e Subcategorias Ambientais	Quantidade de empresas
1. Políticas Ambientais	
1.1 Declarações das políticas/práticas atuais e futuras	10
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	9
1.3 Declarações de que a empresa está em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais	4
1.4 Parcerias ambientais	4
1.5 Prêmios e participações em índices ambientais	5
2. Sistema de Gerenciamento Ambiental	
2.1 Certificação ambiental (ISOs 9000 e/ou 14.000, EMA, etc.)	4
2.2 Auditoria ambiental	2
2.3 Descrição das práticas de gestão ambiental	3
3. Impacto dos Produtos e Processos	
3.1 Desperdícios/Resíduos	7
3.2 Processo de acondicionamento	2
3.3 Reciclagem	3
3.4 Desenvolvimento de produtos ecológicos	5
3.5 Impacto na área de terra utilizada	4
3.6 Uso eficiente/Reutilização da água	6
3.7 Vazamentos/Derramamentos	
3.8 Reparo aos danos ambientais	1
4. Energia	
4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	6
4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	
4.3 Aumento da eficiência energética	5
4.4 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	1
4.5 Desenvolvimento de novas fontes de energia	4
5. Informações Financeiras Ambientais	
5.1 Investimentos Ambientais	4
5.2 Custos/Despesas Ambientais	2
5.3 Passivos/Provisões Ambientais	4
5.4 Práticas Contábeis de Itens Ambientais	
5.5 Seguro Ambiental	

6. Educação, Treinamento e Pesquisa	
6.1 Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)	9
6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	6
7. Mercado de Créditos de Carbono	
7.1 Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)	1
7.2 Créditos de Carbono	1
7.3 Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	5
7.4 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	2
8. Outras Informações Ambientais	
8.1 Qualquer menção sobre Sustentabilidade	7
8.2 Gerenciamento de Florestas/Reflorestamentos	4
8.3 Conservação da biodiversidade	4
8.4 Stakeholders	1

Quadro 2: Resultados das análises realizadas
 Fonte: Rover, Murcia e Borba (2008)

Com base na análise realizada do quadro 2, verifica-se que as informações ambientais que são mais evidenciadas pelas empresas são as referentes às Declarações das políticas/práticas atuais e futuras apresentadas em 10 empresas, seguida por Estabelecimento de metas e objetivos ambientais e financiamentos de programas educativos ofertados a comunidades visualizados em 9 organizações. Ressalta-se que as informações sobre reparos de danos ambientais só foi observada na Sabesp e que Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Discussões sobre a preocupação com a possível falta de energia só foram constatadas na EDP-Energias Brasil S.A. Dentre as 16 empresas pesquisadas, 5 delas (CSU Cardsystem S.A, Cyrela Brazil Realty S.A., Diagnóstico América S.A, Odontoprev S.A. e WEG S.A.) não apresentaram nenhuma informação ambiental evidenciada no balanço patrimonial, notas explicativas, parecer dos auditores independentes, demonstração do resultado do exercício e relatório da administração para o exercício de 2011.

As informações apresentadas pela América Latina Logística S.A são referentes às campanhas educativas que a mesma financia para a comunidade e ao prêmio Chico Mendes de Responsabilidade Socioambiental, recebido pela empresa, em virtude da valorização e incentivo aos trabalhos de conservação dos recursos naturais e a melhoria de qualidade da sociedade. A empresa divulga valores relativos a depósitos judiciais e contingentes, separando-os em três categorias: ações trabalhistas; ações cíveis, regulatórias e ambientais; e ações tributárias, informando que as mesmas ocorreram por contaminação de solo e de águas pelo derramamento de produtos, descumprindo as condições impostas por determinadas licenças de operação.

O Banco do Brasil S.A. divulga que lançou orientações para as prefeituras elaborarem planos Municipais ou Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em cumprimento à Lei n. 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Atuando em defesa do consumo consciente da água por meio de projetos no meio rural e no meio urbano. O banco conta com produtos e serviços financeiros de características socioambientais, que corresponde desde títulos de capitalização responsáveis por destinar parcela de sua taxa de administração para projetos socioambientais, até linhas de crédito que incentivam a modernização de parques industriais por meio do financiamento a máquinas e equipamentos ecoeficientes.

A COSAN S.A. informa seu compromisso de procurar estar em conformidade com o Protocolo Agroambiental, estabelecido pelo Estado de São Paulo que determina o término dos procedimentos de queimadas das lavouras até 2014. Também são divulgados os projetos

relacionados ao meio ambiente, dentre os quais se destacam o Programa Esso-Mamirauá de Educação Ambiental na Amazônia Central; a Fundação OndAzul, voltada para a conservação e preservação de ecossistemas aquáticos, e projeto PiraCena, voltado ao estudo e recuperação da Bacia do Rio Piracicaba, em São Paulo.

A CPFL Energia S.A. divulga a sua aderência ao Programa Brasileiro GHG Protocol, que visa estimular a cultura corporativa para a elaboração e publicação de inventários de emissões de GEE. Em paralelo, cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para maximizar os aproveitamentos energéticos e diminuir os impactos socioambientais de seus empreendimentos, entretanto, foi constatado a presença de processos cíveis, os quais foram separados em danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária.

A Duratex S.A. evidencia que investiu cerca de R\$ 26,7 milhões em ações para o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. Além disso, ações como a Exposição "Morada Ecológica", no Museu de Arte Moderna de São Paulo, que apresentou projetos sobre a necessidade de preservação das reservas naturais também contou com a participação financeira dessa organização. Sendo ainda, lançado o periódico Sustentabilidade Duratex que visa apresentar a sociedade assuntos referentes às práticas de sustentabilidade adotadas pela empresa nos níveis social, econômico e ambiental. Observou-se ainda que informações referentes a ambiente foram visualizadas nas cláusulas de financiamento do BNDES no sentido da adoção de medidas para evitar ou recuperar danos relacionados ao meio ambiente.

A EDP divulga que teve o reconhecimento de estar entre as 21 empresas brasileiras que são modelos em sustentabilidade do Guia Exame de Sustentabilidade, elaborado pela revista *Exame e Prêmio Época Empresa Verde*, premiação feita pela revista *Época* com a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC) figurando entre as 20 empresas premiadas. O Instituto EDP realiza atividades de educação, desenvolvimento local, assistência social e voluntariado. Carbono social e biodiversidade são suas linhas de atuação ambiental. Ressalta-se ainda algumas informações divulgadas, como ser a EDP no Brasil o membro-fundador do Programa Brasileiro GHG Protocol, realizando a gestão voluntária de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), é considerada entre as empresas do setor elétrico a pioneira na elaboração de projetos de crédito de carbono, possuindo cinco projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo registrados no Conselho Executivo de Mudanças Climáticas das Nações Unidas. A empresa desenvolveu a ferramenta "Pegada de Carbono" para medir a quantidade de GEE emitidos no deslocamento diário de cada funcionário da empresa.

A MAHLE Metal Leve S.A. enfatiza como uma de suas atividades ambientais de destaque o plantio de árvores, sendo ainda implementadas ações que buscam evitar a geração de resíduos por meio do aproveitamento máximo de materiais e insumos utilizados, tendo como referencia o conceito dos 3R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar, estimulando a redução, a reutilização e a reciclagem de materiais e insumos, trabalha diretamente no respeito pela capacidade de suporte da natureza, retirando somente o necessário para o processo produtivo e aproveitando o todo do que foi retirado.

A Natura S.A. divulga em seus relatórios que ocorreu uma significativa redução no consumo de água na produção de seus produtos, uma vez que em 2010 o consumo era de 0,42 litro por unidade produzida e passou em 2011 para 0,40 litro por unidade produzida e que o Programa Carbono Neutro promovendo uma redução relativa de 25,4% em comparação com 2007.

A Porto Seguro S. A informa que vem desenvolvendo programas educativos com enfoque ambiental a comunidade, entre eles, destacam-se: Projeto Abrigo Dom Bosco - apoio a 57 catadores de materiais recicláveis, proporcionando geração de renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida, além do benefício da preservação do meio ambiente; Conservação de praças – realiza a manutenção de áreas verdes de seis locais da capital

paulista; Hora da Terra - em todos os dias de tempo bom, ou parcialmente nublado, das 11h30 às 13h30, as luzes do Complexo Matriz são apagadas. A ideia é contribuir com o planeta e usar menos energia. Ao economizar luz, a Porto Seguro pretende também poupar recursos. Desde a implantação do programa, já foram economizados 532.00kWh. Essa economia equivale ao consumo de energia utilizada por 2,9 mil famílias paulistanas em um mês; gestão de resíduos automotivos - implantação de um sistema de gerenciamento de resíduos automotivos dos Centros Automotivos Porto Seguro. Os resíduos perigosos são reciclados e/ou destinados para coprocessamento, minimizando os impactos ambientais. As sucatas automotivas são destinadas à reciclagem, evitando seu recondicionamento e/ou envio para aterros e/ou lixões; Inventário de Gases do Efeito Estufa - eliminação do consumo de gás liquefeito de petróleo, contribuindo com a redução das emissões diretas da Porto Seguro; Programa de redução de consumo de água e energia elétrica - adota medidas práticas que permitem a redução de até 26% do consumo nominal de energia elétrica. Entre as medidas estão: horário fixo para ligar e desligar ar-condicionado e energia elétrica, substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas PL, conscientização de funcionários e colaboradores a respeito de boas práticas de uso dos microcomputadores e implantação de dispositivos de transformação de energia, como capacitores, para correção de fator de potência, eliminando gastos de energia excedente. Ar-condicionado ecológico - A maior parte dos equipamentos de ar-condicionado da empresa tem suas torres alimentadas por água de lençol freático. Além disso, também é informado pela empresa a realização de campanhas como: Campanha de Reciclagem de Óleo de Cozinha - Grande São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro; Campanha de Reciclagem de cartões plásticos, pilhas e baterias - Grande São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro e a Bike Socorro.

A Sabesp deixa claro nas informações que a empresa divulga que a atividade que a mesma desenvolve pode gerar impactos ambientais negativos, entretanto, também informa algumas ações ambientais que vem desenvolvendo, como a expansão do Programa de Uso Racional da Água (Pura) e as iniciativas em favor da produção de água de reuso, conservando um volume mensal de água suficiente para abastecer em torno de 23 mil pessoas sem a necessidade de utilizar novos mananciais. A empresa divulga que investe firmemente na expansão da produção de água gerada a partir do tratamento de esgotos para usos industriais, refrigeração de equipamentos e outros fins não potáveis. A Sabesp informa também que desenvolve ações de educação ambiental e sanitária como parte integrante de seus valores e de sua comunicação corporativa, na busca da conscientização e da mudança de cultura de seus empregados e da sociedade, realizando anualmente o Ciclo de Conferências de Gestão Ambiental, como estratégia de gestão ambiental corporativa e com objetivo de promover a discussão, a troca de conhecimentos e a disseminação de informações sobre as questões ambientais em desenvolvimento na empresa.

A TIM Participações S.A apresenta como informações ambientais algumas de suas políticas para implantar conceitos de sustentabilidade na empresa como a recarga eletrônica que substitui o uso de cartões físicos, otimizando o uso de materiais como plástico e papel, além de reduzir a necessidade de transporte dos mesmos. Entretanto, deixa evidente nas informações divulgadas que é um empresa ciente dos impactos negativos do seu segmento de negócios, como os resíduos da rotatividade na troca de celulares e das emissões eletromagnéticas das Estações Rádio Base (ERB). Para tentar gerar subprodutos positivos informa que desenvolveu um modelo de oferta baseado no chip avulso que pode adiar a substituição de aparelhos, e o compartilhamento de redes e sites somado a modernização da tecnologia e dos equipamentos buscando a otimização do uso de energia e de ocupação do solo, diminuindo o impacto ambiental dos sistemas de acesso.

Os resultados evidenciaram que as informações apresentadas pelas empresas pesquisadas são em grande parte declarativas e de característica positiva, apenas são

visualizadas informações quantitativas quando são mencionados detalhes sobre redução no consumo de água e energia. Já as informações negativas são observadas quando as empresas assumem que suas atividades geram impactos ambientais negativos para o meio ambiente e quando são evidenciadas contingências passivas de natureza ambiental em função de ações ambientais que descrevem em notas explicativas o motivo da penalidade. Constatando assim, que ações judiciais decorrentes de danos causados ao meio ambiente; cláusulas de contratos que envolvem questões ambientais e cálculos de provisões relacionadas a ações judiciais em andamento são as informações ambientais mais evidenciadas pelas empresas analisadas e que as mesmas não apresentam um padrão de divulgação de informações ambientais mesmo com a adesão ao programa Boa Companhia, o que dificulta ainda mais a comparabilidade entre as informações contábeis que são divulgadas pelas empresas, tendo em vista que cada empresa divulga o que quer e da forma que melhor lhe convém.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa, em atenção ao objetivo formulado, identificou as informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis das empresas pertencentes ao Novo Mercado e em Boa Companhia da BM&FBOVESPA. A evidenciação ambiental pode ser feita de maneira obrigatória, quando exigido por leis e regulamentos, ou voluntariamente, quando a evidenciação de informações é feita por espontaneidade da empresa, mesmo que seja com base em diretrizes e orientações.

Os resultados revelaram que não foi evidenciada uma padronização na evidenciação das informações ambientais das empresas pesquisadas, cada empresa divulga as informações que julga como relevante para apresentação, o que sugere que seja discutida a necessidade de uma obrigatoriedade na divulgação de informações desse gênero, uma vez que aspectos ambientais cada dia mais estão se inserindo nas transações contábeis das empresas, situação que intensifica a necessidade desse tipo de informação ser apresentada de maneira obrigatória aos usuários da contabilidade.

Recomendam-se outras pesquisas para que seja analisada a evidenciação de informações ambientais nas demonstrações contábeis de outros segmentos empresariais, uma vez que é necessário que estudos sobre essa temática sejam difundidos em âmbito acadêmico e em meio empresarial para que a necessidade de padronização seja intensificada, o que pode contribuir para que uma normatização referente a esse assunto seja realizada.

Conclui-se que informações apresentadas pelas empresas pesquisadas são em grande parte declarativas e de característica positiva e que ações judiciais decorrentes de danos causados ao meio ambiente; cláusulas de contratos que envolvem questões ambientais e cálculos de provisões relacionadas a ações judiciais em andamento foram as informações ambientais mais evidenciadas pelas empresas analisadas e que as mesmas não apresentam um padrão de divulgação de informações ambientais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. **Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 9, 2009, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/329.pdf>. Acesso em 2 jan. 2013.

BARBIERI, J. C. **Competitividade Internacional e Normalização Ambiental**. In Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, nov. 1997.

_____. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 84-95, jun. 2007.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.003/04 - Aprova a NBC T 15 – Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental**. Brasília: CFC, 2004.

CORMIER, D. et al. Corporate environmental disclosure: contrasting management's perceptions with reality. **Journal of Business Ethics**, v. 49, n. 2, p. 143-165, 2004.

CUNHA, A. M.; LIMONGI, B.; PAIVA, K. S; SOARES, S. V. Contabilidade Ambiental e Demonstrações Financeiras Obrigatórias: Informações Ambientais nas Notas Explicativas. **Contabilidade e informação: conhecimento e aprendizagem**, v. 14, p. 63-75, 2011.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, L. N.; CHAGAS, P. C.; BESSA, A. N. A. **Reconhecimento e Evidenciação nas Demonstrações Contábeis de Investimentos no meio ambiente: um estudo de caso na Petrobrás no período de 2001 a 2003**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 5, 2005, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos52005/463.pdf>. Acesso em 7 jan. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **NPA 11 - Normas e procedimentos de auditoria - Balanço e ecologia**. São Paulo: Ibracon, 1996. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental como Sistemas de Informações. **Contabilidade Vista e Revista**, v. 12, n. 3, p. 71-92, dez. 2001.

KRONBAUER, C. A.; SILVA, M. M. da. Disclosure ambiental: análise do grau de evidenciação nas demonstrações contábeis das empresas de transporte. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 32 - p.46, out, 2012.

LEITE, R. M. L.; RIBEIRO, R. R. M.; PACHECO, V. **Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente**. In: CONGRESSO ANPCONT, 1, 2007, Gramado. Disponível em: <www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/02/CUE085.pdf>. Acesso em 6 jan. 2013.

LINDSTAEDT, Â. R. de S.; OTT, E. **Um Estudo Exploratório Descritivo sobre o Nível de Aderência de Companhias de Companhias do Segmento Químico e Petroquímico às Normas e Recomendações de Disclosure Ambiental Internacionais, Norte-Americanas e Brasileiras**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 7, 2007, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/332.pdf>. Acesso em 7 jan. 2013.

LODI, J. B. **Governança corporativa: o governo da empresa e o Conselho de Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACEDO, M. A. S.; SOUSA, A. C.; SOUSA, A. C. C.; CÍPOLA, F. C. Desempenho de empresas socialmente responsáveis: uma análise por índices contábil-financeiros. **Revista Produção Online**. Ed. Especial, p. 1-22, dez 2007.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MARCOVITCH, J. **Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais**. 1ª. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MARTINS, E.; DE LUCA, M. M. M. Ecologia via Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, ano 23, n. 86, março 1994.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 246. f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, M. C.; DAHER, W. M.; OLIVEIRA, B. C. **Responsabilidade social corporativa e geração de valor reputacional: estudo de multicaso, segundo o modelo de Hopkins, de empresas do setor energético do nordeste brasileiro**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2006.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Vivendo além dos nossos meios: o capital natural e o bem-estar humano**. New York, maio (Mensagem da Junta Coordenadora da Avaliação Ecológica do Milênio. 2005.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas. p. 76-97, 2012.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (mestrado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP, 1992.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M. V. **Evidenciação Ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 8, 2008, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/648.pdf>. Acesso em 7 jan. 2013.

RIBEIRO, M. de S. GRATÃO, A. D. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2000, Recife. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos**. Recife: PE, 2000.

RIBEIRO, M. de S.; GASPARINO, M. F. **Evidenciação Ambiental: Comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 6, 2006, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/180.pdf>. Acesso em 3 jan. 2013.

ROBLES Jr., A.; BONELLI, V. V. **Gestão da qualidade e do meio ambiente: enfoque econômico, financeiro e patrimonial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, F. F.; SANTOS, R. B. dos.; MELLO, M. C. B. de. **Análise do Disclosure Ambiental da Empresa Petrobrás no Período de 1997 a 2007**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 9, 2009, São Paulo. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/364.pdf>. Acesso em 2 jan. 2013.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 41-58, jan./jun. 2006.

ROVER, S.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. **Divulgação de Informações ambientais nas demonstrações Contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental**. In: CONGRESSO ANPCONT, 2, 2008, Salvador. Disponível em: <www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/02/CUE161.pdf>. Acesso em 6 jan. 2013.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. **Explicações para a Divulgação Voluntária Ambiental no Brasil Utilizando Análise de Regressão em Painel**. In: CONGRESSO ANPCONT, 3, 2009, São Paulo. Disponível em: <www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIII/02/342.pdf>. Acesso em 6 jan. 2013.

SOARES, S. V.; SILVA, G. R.; SOARES, J. G., LIMONGI, B. **Quais informações ambientais são apresentadas nas Notas Explicativas de Companhias Petroleiras e Siderúrgicas no Brasil?** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 14, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

SOARES, S. V.; SILVEIRA, E. D. da; PFITSCHER, E. D.; SIRIDAKIS, C. Informações ambientais em notas explicativas das empresas dos programas “novo mercado” e “em boa companhia” da BM&F BOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 70 - p.82, out, 2012.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1077-1096, nov./dez. 2006.

ZYLBERSZTAJN, D. **A organização ética: um ensaio sobre as relações entre ambiente econômico e o comportamento das organizações**. São Paulo: FEA/USP, 2000. Working paper.